



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos - SES-MG

Parecer nº 16/SES/GAB-JRECURSOS/2024

PROCESSO Nº 1320.01.0017904/2021-38

JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL

ASSUNTO: Análise de Recurso Administrativo.

AUDITADO: Sistema Municipal de Saúde/SMS de São João del Rei

UNIDADE VISITADA: Santa Casa de Misericórdia

MUNICÍPIO: São João del Rei

SEI: 1320.01.0017904/2021-38

ATIVIDADE SISAUD: 654

RECORRENTE: Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei, representada pelos **Srs. C. A. N. T. (Provedor) e A.J.T.T. (Administrador da Instituição).**

RELATÓRIO

Trata-se de auditoria programada realizada pelas Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial (ARAS) Centro Sul, (ARAS) Oeste e (ARAS) Centro, no Sistema Municipal de Saúde de São João del Rei, tendo como Unidade Visitada sua Santa Casa de Misericórdia, nos períodos compreendidos entre 7 a 11/6/2021 e 8 a 11/11/2021.

A auditoria em questão ocorreu para atender ao Plano Anual de Auditoria Assistencial de 2021, do Componente Estadual de Auditoria do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais (CEA/SUS-MG), que propôs a realização de auditorias nos Sistemas Municipais de Saúde e nos Hospitais beneficiados com recursos financeiros destinados às ações de média e alta complexidade no enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Após emissão dos relatórios finais de auditoria foram originados os Ofícios de Notificação SES/AUDSUS nº 504/2022, 505/2022, 506/2022, 507/2022, em virtude das seguintes constatações não conformes, seguidas de penalidades, impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

Relatório Final no Sistema Municipal de Saúde:

- ***Penalidade de Advertência Escrita em consequência das constatações não conformes:***

1 – Constatação nº 635797 – A Secretaria Municipal de Saúde de São João del Rei não realiza o acompanhamento da execução do(s) instrumento(s) jurídico(s) firmado(s) com o Hospital Santa Casa de Misericórdia para enfrentamento da COVID -19.

2 – Constatação nº 629884 – A SMS não realiza acompanhamento periódico das taxas de ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID 19 do Hospital Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei.

3 – Constatação nº 629885 –A Secretaria Municipal de Saúde (SMS). De São João del Rei não realiza o controle e avaliação da produção referente às internações realizadas pelo Hospital Santa Casa de Misericórdia de São João Del Rei no atendimento de casos da COVID-19.

4 – Constatação nº 630302 – A Secretaria Municipal de Saúde de São João Del Rei não valida os dados referentes à prestação parcial ou total de contas da Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei conforme estabelecido nos Instrumentos Jurídicos firmados.

5 – Constatação nº 629887 – A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de São João del Rei não apresentou os RDQAs ao Conselho Municipal de Saúde e à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19.

6 – Constatação nº 629888 – O RAG 2020 não contempla todas as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Relatório Final na Santa Casa de Misericórdia:

- **Penalidade de Advertência Escrita em consequência da constatação não conforme:**

1 – Constatação nº 629938 – A Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei não atualiza com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados na legislação.

PARECER

Transcorrido o prazo, estabelecido no Regulamento do SAA/SES-MG, para interposição de recurso em segunda instância, o **SMS São João Del Rei**, não se manifestou em relação as não conformidades registradas no Relatório Final de Auditoria.

A Santa Casa de Misericórdia interpôs recurso por meio do Ofício 425, de 13/09/2023, o qual conhecemos pela sua tempestividade e legitimidade:

1 – Constatação nº 629938 – A Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei não atualiza com fidedignidade as informações referentes ao quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos COVID-19 nos sistemas preconizados na legislação.

A equipe de auditoria evidenciou:

“A equipe de auditoria solicitou o censo interno de pacientes dos leitos UTI/SUS/COVID-19 da SCMSJDR do período de março/2020 a abril/2021 para a análise e subsídio à auditoria in loco nos dias 07 a 11/06/2021. Os dados apresentados pela SCMSJDR foram de censos, do período de maio/2020 a abril/2021, em planilhas informatizadas, não nominais, com os quantitativos de internações por dia/mês de pacientes UTI/SUS/COVID-19 e as taxas de ocupações de leitos em relação ao total de 30 leitos. No entanto, em consulta as Deliberações SES/MG que atualiza a grade de leitos disponibilizados pelo SUS, constava que a instituição obteve 30 leitos UTI/SUS/COVID-19 a partir de 21/05/2021. Ao analisarmos os parâmetros por mês desses censos verificamos no total de 30 leitos que em nenhum dos meses apresentados houve ocupação de 100% dos leitos UTI/SUS/COVID-19: Maio/2020 - ocupação 2,58%; Junho/2020 - ocupação 11,67%; Julho/2020 - ocupação 22,69%; Agosto/2020 - ocupação 13,98%, Setembro/2020 - ocupação 20,89%; Outubro/2020 - ocupação 16,56%; Novembro/2020 - ocupação 13,78%; Dezembro/2020 - ocupação 38,82%; Janeiro/2021 - ocupação 49,78%; Fevereiro/2021 - ocupação 34,40%, Março/2021 - ocupação 62,26%, Abril/2021 - ocupação 73,89%. Em diligência complementar realizada posteriormente na SCMSJDR, nos dias 08/11 a 11/11/2021, foram auditados todos os prontuários dos pacientes (SUS/Convênios/Privados) que foram internados na UTI/COVID-19 nos meses de abril e maio de 2021. Obtivemos nessa apuração os censos de leitos diários nominais e preenchidos manualmente de todos os pacientes desse período. Os censos de abril e maio de 2021 estavam com o quantitativo de leitos coerente com as Deliberações SES/MG e também com CNES/DATASUS nas competências abril e maio de 2021 como já descrito na constatação 630431.

Observamos ainda que, nessa análise do censo nominal de abril e maio de 2021, a ocupação de leitos UTI/SUS/COVID-19 estava em 100% por todo esse período, sendo que as negativas de atendimento foram justificadas por falta de vagas de forma adequada, o que não foi demonstrado nos censos anteriores, do período de maio/2020 a abril/2021. Dessa forma podemos afirmar que as planilhas de censos informatizados do período de maio de 2020 a março de 2021 não utilizaram os parâmetros das Deliberações e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos, o que tornou os dados de ocupação, quantitativo e regulação de leitos não fidedignos.”

• Manifestação do Sr. C. A. N. T., Provedor, e do Sr. A.J.T.T., Administrador da Instituição, para a constatação não conforme do Relatório Final de Auditoria da Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei:

“

1. DA TEMPESTIVIDADE

O referido ofício em pauta é datado de 08.11.2022, mas a despeito do tempo de emissão do mesmo, este foi recebido por esta casa em 29.08.2023.

Assim, conforme consta no item 1. Penalidade de Advertência Escrita, o prazo para interposição de recurso é de 30 (trinta) dias corridos, o qual se esgota em 28.09.2023. Tempestivo o presente recurso, o qual se pleiteia, desde já, pelo seu juízo de admissibilidade.

2. DA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DE SUA IMPORTANCIA

Cientes da importância e da lisura com que o presente processo segue em suas decisões e definições de controle do uso do dinheiro público, conforme determinações legais, reiteramos nosso comprometimento e responsabilidade parceira com este órgão controlador. A Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei é um dos centros de atenção à saúde mais efetivos e respeitados em nossa região, completando agora 240 anos de existência.

Todo este longo período de existência não teria sido possível se não fosse zelo e cuidado com os princípios éticos e de integridade que pautam nossas condutas desde o início, encontrando hoje na administração pública parceria para ter, mais e mais, respaldo para a condução proba dos nossos procedimentos.

Estes pilares de integridade, ética, probidade, respeito à população, melhor atendimento à saúde de forma ampla e indiscriminada, seja pelo SUS, seja nas modalidades convênio ou atendimento particular, têm sido a guia de cada ação, cada atendimento, cada procedimento que esta casa produz.

Assim, irredutíveis com a presente punição, ainda que seja ela a de escala mais branda, nos sentimos efetivamente na obrigação de justificar e lutar bravamente para que esta advertência, superdimensionada a nosso ver, seja retirada.

Abaixo trazemos os fatos e documentos que fazem prova de que, por motivos completamente alheios aos nossos propósitos, trouxeram uma não conformidade em nossos registros, mas que certamente não trouxeram nenhum prejuízo a população nem ao erário, tendo sido meramente um erro formal em decorrência de um sistema computacional falho.

A tudo isso soma-se a excepcional situação pandêmica que vivíamos naquele momento, sendo claro, embora importantes, controles administrativos não tinham como ocupar o lugar prevalente da preocupação com os atendimentos. Naqueles momentos de luta, a Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei e seu batalhão de médicos e trabalhadores da saúde se esforçavam ao limite da extenuação física e emocional por dar a população a esperança de que aquela maldita gripe poderia ser vencida com melhor ciência. E isso num momento que nem a ciência conseguia entregar uma resposta acalentadora!

Nossos números, em termos de atendimentos e de vidas salvas foram bastante animadores e seguimos com a certeza de que, conseguimos sim acolher os pacientes e seus familiares entregando esperança e confiança diante daquela inimiga tão mortal.

Assim, vimos aqui, apelando para que, com base nas justificativas e documentos abaixo apresentadas, a penalidade aplicada possa ser revista e ratificada, uma vez considerada a situação global e inusitada pela qual passamos e que não haja uma ausência de censo dando prioridade ao formal frente aos resultados reais alcançados.

Será, para nós, uma grande decepção sermos penalizados, ainda que levemente, por uma incongruência formal – computacional, em verdade – pela qual não tivemos nenhuma ingerência e pela qual, ainda, não podemos ter qualquer ação para alterar retroativamente.

Assim, finalmente aqui, pleiteamos pela REVISÃO DA CONCLUSÃO do presente processo, ratificando a decisão de aplicação da penalidade de Advertência Escrita, nos termos do ofício em pauta.

3. DAS JUSTIFICATIVAS

A Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei, inicialmente, esclarece sobre as dificuldades que teve para a atualização de CNES – Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde em tempo real.

Tal como acima ressaltado, as casas de saúde passaram por tempos de demandas emergentes a cada manhã, a cada fim de tarde, a cada demorada noite. A fatídica gripe trazia um desafio novo a cada hora, especialmente pelo total desconhecimento de como a doença operava e, muitas vezes, matava! O foco era salvar vidas!

A premente necessidade de abertura de leitos pela manhã, pela tarde, dia sim, dia não, a fim de nosso propósito maior “salvar vidas” e mobilização de nossas equipes para contratação de novos profissionais, organização para abertura de novos leitos, aquisições de medicamentos, aquisições de equipamentos, dentre outros, tudo isso, deixava a velha rotina para trás e pedia uma solução nova, incomum, inesperada a cada momento!

No entanto, conforme documentos abaixo, tão logo quanto possível, solicitamos sim, atualizações em nossos CNES, apesar da informação demorar aproximadamente 60 dias para cair na base de dados. Vejamos cópias dos ofícios enviados:

Of. 0027.jan.2021, datado de 14/01/2021, anexo;

Of. 0375.jun.2021, datado de 01/06/2021, anexo;

Of. 012.jan.2022, datado de 10/01/2022, anexo;

(...)

Durante todo o período da pandemia esta casa só realizou recusas de vagas no auge da crise, e quando já estava acima de sua lotação máxima 100% (cem por cento), o que poderá ser constatado junto a UPA – Unidade de Pronto Atendimento de São João del Rei e Central de Regulação do SUS Fácil. E quando tínhamos disponibilidade de leitos de convênios alocamos diversos pacientes do SUS.

Diante do contido acima, reencaminhamos abaixo dados consolidados dos quantitativos de leitos e taxa de ocupação de 2020/2021 e 2022 no que tange nossos leitos de UTI para COVID-19, recebidos pelo nosso setor de Estatística (SAME), com base em nossos Censos diários estão disponíveis para consulta e já disponibilizados na visita de V.Sa.:

(...)

Por fim, reiteramos que o nosso sistema de informática utilizado na Entidade (SP DATA – Serviço de Processamento de dados), não consegue emitir na data de hoje dados fidedignos de fatos ocorridos em 2020/2021/2022 no que tange a taxa de ocupação / número de leitos, pois o mesmo busca os dados com base no quantitativo de leitos atuais, e não da época do fato. Sendo assim, na data da referida auditoria entregamos em mãos planilha contendo nossa taxa de ocupação referente a 30 (trinta) leitos, em decorrência da limitação do próprio sistema.

4. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, vimos aqui, apelando para que, com base nas justificativas e documentos apresentados, a penalidade aplicada possa ser revista e ratificada.

Como já dito, será, por nós, com forte embaraço e desapontamento nos conformarmos com a decisão da aplicação da pena de Advertência Verbal, por mais leve que seja, mas recebê-la por uma incongruência formal pela qual não tivemos nenhuma ingerência. Importante ressaltar que a aplicação da penalidade em nada pode alterar os registros passados. O sistema de registro já sofreu alterações e os erros que ocorreram à época foram todos equacionados.

Uma eventual manutenção da pena aqui prevista teria tão somente o caráter punitivo, não educativo como devem ser as punições previstas nos princípios do direito administrativo.

Por fim, aqui pleiteamos pela REVISÃO DA CONCLUSÃO do presente processo, ratificando a decisão de aplicação da penalidade de Advertência Escrita, nos termos do ofício em pauta. (...)”

Da normativa que rege o tema:

- Resolução SES/MG nº 7.160, de 17 de julho de 2020, que autoriza a distribuição de recursos financeiros destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19, previstos na Portaria nº 395, de 16 de março de 2020:

(...)

Art. 6º - Os hospitais deverão, obrigatoriamente, manter atualizadas todas as informações inerentes às operações do sistema SUSfácil MG, envolvendo o quantitativo, a ocupação e a regulação assistencial dos leitos.

Parágrafo único – também deverá ser realizada a atualização permanente do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES/DATASUS, com inclusão das informações relativas ao quantitativo de leitos e equipamentos existentes, conforme os termos da Portaria de Consolidação GM/MS nº 01/2017. (...)

- Portaria de Consolidação MS/GM nº 2, que contém as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde:

(...)

ANEXO XXIV

Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) (Origem: PRT MS/GM 3390/2013)

ANEXO 2 DO ANEXO XXIV

Diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS (Origem: PRT MS/GM 3410/2013)

(...)

Art. 7º *Quanto ao eixo de assistência, compete aos hospitais: (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 7º)*

(...)

V - *realizar a gestão de leitos hospitalares com vistas à otimização da utilização; (Origem: PRT MS/GM 3410/2013, Art. 7º, V) (...)*

A equipe de auditoria identificou que as taxas de ocupação de leitos de UTI Covid informadas em planilhas informatizadas não estavam compatíveis com o levantamento manual feito; que o sistema/programa utilizado pelo hospital não registrava fidedignamente os dados.

Após nova diligência, foi verificado, a partir de análise *dos censos de leitos diários nominais e preenchidos manualmente* que as taxas de ocupação, referentes a abril e maio de 2021, se mantiveram em 100%, conforme previsão das deliberações CIB-SUS e que as negativas de vagas ao SUSFácil foram justificadas pela falta de leitos disponíveis para internação quando solicitados.

Nesse sentido, em que pese o fato de que o sistema/programa utilizado pelo hospital não registrava fidedignamente os dados, em contrário ao que dispõe as disposições da legislação pertinente, ficou evidenciado, a partir dos censos preenchidos manualmente, que as taxas de ocupação no período subsequente se mantiveram em 100%. Considerando, ainda, que a auditoria tem por objetivo, sim, primar pela precedência do caráter educativo/orientador em sobreposição ao punitivo, nossa opinião é pela acolhida das alegações do recorrente, situação em que sugerimos o cancelamento da penalidade aplica.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico, ao nosso entender.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos e que as justificativas apresentadas se mostraram válidas para afastar a irregularidade identificada. Dessa forma, entendemos pelo conhecimento do recurso, dando - lhe provimento para cancelar a penalidade de Advertência Escrita imposta à Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei.

Quanto à SMS de São João del Rei, tendo em vista à ausência de manifestação, deverão ser mantidas as penalidades aplicadas conforme Ofício SES/AUDSUS nº 504/2022.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 22 de abril de 2024



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **86802608** e o código CRC **BD05C42B**.

Referência: Processo nº 1320.01.0017904/2021-38

SEI nº 86802608